

CONIMBRIGA



INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA



VOLUME XLVII - 2008

FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

VIRGÍLIO HIPÓLITO CORREIA

(Museu Monográfico de Conimbriga)

PEDRO ALARCÃO

(Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto)

CONIMBRIGA: UM ENSAIO DE TOPOGRAFIA HISTÓRICA

“Conimbriga” XLVII (2008) p. 31-46

RESUMO: Faz-se uma revisão dos instrumentos topográficos disponíveis sobre Conimbriga, apresentando-se uma proposta que reúne e actualiza os conhecimentos sobre o urbanismo da cidade.

A apresentação das plantas desse urbanismo de acordo com quatro épocas principais (períodos augustano, cláudio-neroniano, flaviano e constantiniano) levanta alguns problemas históricos e arqueológicos que são discutidos.

ABSTRACT: A revision of the available topographical representations of Conimbriga is made, and a new proposal is made, which summarizes and updates the present knowledge about the town's urbanism.

The presentation of the plans documenting that urbanism according to four main epochs (Augustan, Claudio-Neronian, Flavian, Constantinian) raises some historical and archaeological problems which are discussed.

(Página deixada propositadamente em branco)

CONIMBRIGA: UM ENSAIO DE TOPOGRAFIA HISTÓRICA

Condições

A representação global do conhecimento arqueológico sobre Conimbriga foi uma preocupação constante da investigação, desde 1899, quando E. Belo Ferraz produziu um estudo aguarelado das escavações levadas a cabo pelo Instituto de Coimbra, que serviu depois de base a um quadro à escala 3,5/1000, representando as sondagens executadas sob a direcção de António Augusto Gonçalves, que tem sido várias vezes reproduzido (Est. I). Este quadro esteve exposto junto aos materiais recolhidos nas escavações no Museu do Instituto, primeiro, e depois no Museu Machado de Castro. Nesta fase recebeu repintes que indicavam a extensão das escavações dos anos 30 (séc. XX). Tratou-se, cremos de uma experiência pioneira na museologia nacional quanto à contextualização das peças arqueológicas expostas.

Em 1939 o Ministério das Obras Públicas mandou levantar uma planta topográfica de Conimbriga e do seu entorno até à estrada de Tomar, sobre a qual se desenhou o projecto do ramal privativo desta que foi então construído e que foi o principal acesso ao sítio até aos anos noventa (Est. II). Esta planta serviu de base a todas as publicações e estudos sobre Conimbriga nos cinquenta anos seguintes. Foi sobre ela que a Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais elaborou os projectos gerais de intervenção, desenhou as figuras de sucessivos boletins onde a extensão do *oppidum* é documentada e foi também sobre ela que o Museu Monográfico de Conimbriga trabalhou durante os primeiros anos da sua existência, a partir de 1962 (DGEMN 1948, 1964).

Com esta planta geral coexistia um outro levantamento de pormenor das estruturas escavadas, feito à escala 1/50, cuja utilização se estendeu também até aos nossos dias (Est. III). Sobre esta planta e sucessivos complementos e acrescentos se foi trabalhando sobre a arquitec-

tura de Conimbriga, para sucessivas publicações de artigos científicos, instrumentos de divulgação, etc., etc.

Faça-se uma apreciação técnica destes instrumentos: o seu rigor é notável, mas em alguns casos a falta de acompanhamento científico dos topógrafos permitiu erros de interpretação que criam equívocos na representação das estruturas. A maior parte destes casos problemáticos, foi sendo resolvida em sucessivos redesenhos, o que era facilitado pela manutenção das Ruínas em condições de visita, facilitando a autópsia e a verificação de estruturas, mas ainda assim alguns acasos persistiram.

Em 1964, com o início das escavações luso-francesas, sob a direcção de Robert Etienne e J. M. Bairrão Oleiro, primeiro, começou uma fase de trabalhos que iria mais que duplicar a área escavada e aumentar de forma incomensurável o nosso conhecimento sobre a cidade, desenvolvendo-se o projecto sob a direcção da parte portuguesa por Jorge de Alarcão. A topografia de base, todavia, continuou a mesma. Sobre ela, a Mission Archéologique Française au Portugal e o Bureau d'Architecture Antique de Pau implantaram o rigoroso levantamento pedra-a-pedra à escala 1/50 que representa a zona então escavada, o centro monumental, implantação essa que foi feita também com apreciável rigor. Todavia o resto da cidade não foi objecto de levantamento topográfico, à excepção da casa dos repuxos, objecto de levantamento pelo BAA, o que implicou a utilização de plantas com ligeiras imprecisões nalguns casos (nomeadamente o peristilo central da casa de Cantaber, cujas dimensões se veio a verificar não serem exactas).

O resultado final deste somatório de representações topográficas foi publicado na estampa LII do volume das Fouilles de Conimbriga (Alarcão e Etienne 1977) dedicado à arquitectura (Est. V). Nessa planta era feita a primeira abordagem conhecida à topografia histórica de Conimbriga, através da indicação dos principais eixos viários da cidade em sucessivas épocas históricas, mas o resultado final, até devido às limitações gráficas ainda muito marcadas na época de publicação, era pouco legível, faltando-lhe a clareza de leitura que o próprio Robert Etienne tinha demonstrado ser possível com a publicação do bairro nordeste de *Volubilis* (Etienne 1960).

Em 1990 o Museu Monográfico de Conimbriga colaborou com a Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra e com a Fachoschule Hamburg, tendo acolhido o estágio de Markus Knorr (1991). O objectivo da referida colaboração era produzir uma rede de apoio topográfico de alta precisão, medida com um erro inferior a 1

mm, materializada no terreno através de uma rede de 23 pontos cimentados, referenciados à rede geodésica nacional. Os meios topográficos utilizados foram convencionais, sendo nessas datas ainda incomum a topografia digital.

Ainda hoje de grande utilidade prática para os trabalhos de arqueologia do Museu, apesar dos inevitáveis danos que a rede de pontos cimentados foi sofrendo, estes trabalhos e as subseqüentes dificuldades de ligação entre sistema de coordenadas e as diferentes plantas, demonstraram a necessidade de repensar a base topográfica do trabalho arqueológico em Conimbriga. Este desiderato foi sendo conseguido por etapas.

A primeira destas etapas foi a revisão dos dados existentes quanto à arquitectura doméstica, que era o sector negligenciado de Conimbriga, apesar dos esforços de actualização, designadamente no que diz respeito à casa de Cantaber, objecto de um novo levantamento. Isto implicou o redesenho de algumas plantas, a execução de outras novas (como na zona E), tendo sido levados a cabo trabalhos de escavação e limpeza *ad hoc* (como no terreno da faculdade de letras). Ambos os casos correspondem a zonas marginais de escavação: a zona E, localizada no ângulo Nordeste da muralha baixo-imperial, escavada no final dos anos 40 e com mosaicos intervencionados nos anos 70 do século XX; o terreno da faculdade de letras, por esta adquirida em 1928, e objecto de limpezas sucessivas mas sempre pouco consequentes desde aí, localizado a oeste do fórum – a situação de marginalidade ditou a pouca qualidade da documentação existente. Os dados recolhidos foram tratados digitalmente e os resultados estão publicados sob a forma de plantas individualizadas dos edifícios, o que não é apesar de tudo a forma ideal de o fazer (Correia 2004a).

Nesta mesma ocasião produziu-se a primeira tentativa de restituição da malha urbanística alto-imperial (Est. IV). Tratou-se de um esforço originalmente paralelo a uma outra tentativa muito conhecida de restituição do aspecto da cidade, o ensaio de visualização de Jean-Claude Golvin, datado de 1990, mas que só viu a sua publicação em anos sensivelmente posteriores

Por esta mesma data eram publicados dois outros exercícios de topografia histórica, de desigual qualidade: a “planta parcial dos arruamentos de Conimbriga” com que Jorge de Alarcão ilustrou uma das suas palestras na Fundação Calouste Gulbenkian no ciclo “Cidades e História” (Alarcão 1992), muito importante porque foi a primeira inda-

gação das relações entre o urbanismo pré-romano e a conformação urbana de Conimbriga; e a planta de integração da muralha alto-imperial que Miguel Pessoa (1991) publicou, infelizmente com anacronismos internos que dificultam a sua compreensão.

Em 1999 o Museu Monográfico de Conimbriga encomendou um levantamento ortofotogramétrico das Ruínas e área envolvente, que foi financiado pelo Instituto Português de Museus. Este levantamento, feito com base em fotografia aérea especificamente encomendada e suplementada por apoio de terreno, produziu um modelo digitalizado da superfície do terreno com uma malha de cotas muito densa e precisa, num programa informático facilmente acessível.

Em 2005 estavam finalmente criadas as condições para a fase final: a produção de um documento digital integrando todos os dados topográficos conhecidos sobre Conimbriga, adequadamente referenciados à sua natureza (conformação do terreno, estrutura escavada, estrutura reconstituída, etc.) e à sua data.

Os trabalhos de finalização deste processo foram entregues à firma Cruz & Alarcão – Arquitectos, Lda., que desde 1994 está envolvida em Conimbriga por ter sido vencedora do concurso de selecção para o projecto de conservação e valorização dos monumentos de Conimbriga (Alarcão 2006). O trabalho de entendimento topográfico da cidade é, no caso de Conimbriga, condição de base e tarefa indissociável do desenho de projecto, e o resultado desse esforço combinado é aqui apresentado à comunidade científica.

Resultados

Para os trabalhos aqui apresentados, foi utilizada, como base, a planta ortofotogramétrica de 1999. Sobre ela foram colocadas todas as plantas dos edifícios de Conimbriga, digitalizadas em 1998/9 como acima mencionado; no caso dos edifícios termais utilizaram-se as plantas corrigidas publicadas por V. H. Correia e P. Reis (2000), digitalizadas pelo mesmo processo. Utilizou-se ainda a planta do fórum das escavações luso-francesas, nas suas duas épocas (Alarcão e Etienne 1977), planta que tinha sido digitalizada para servir de base ao projecto de conservação e valorização dos monumentos de Conimbriga que acima se referiu.

A conformidade da planta parcelar com a planta global foi aferida caso a caso, tendo sido verificada a conformidade entre desenhos e a sua

exactidão global no local. Esta verificação permitiu também recuperar a informação mais deficitária no conjunto dos documentos, que era a confusão entre troço de muro original, troço reconstituído e reconstrução provável ou conjectural do traçado das estruturas: a distinção entre as primeiras duas situações, original ou reconstrução, foi feita com a aproximação que a inexistência de registo permite; a última situação foi pormenorizadamente indicada nas plantas utilizando com rigor a marcação a tracejado de todos os traçados conjecturais.

A maior vantagem dos documentos topográficos digitalizados é a facilidade da sua actualização, pois as ferramentas informáticas utilizadas, tendo sido pensadas para uma utilização em projecto, adaptam-se especialmente bem à natureza iterativa de tal trabalho. Em contrapartida, essa possível permanente actualização estabelece uma fluidez da “realidade” representada que é incompatível com o carácter positivo e afirmativo que se espera da investigação arqueológica, levantando problemas até no domínio dos direitos de autor.

O resultado final da digitalização dos instrumentos topográficos de Conimbriga produziu:

- a) uma planta completa das estruturas arqueológicas escavadas em Conimbriga integradas no plano geral cotado, com curvas de nível de 50 cm de equidistância, de toda a área arqueológica e envolvente imediata (Est. VI). Esta planta foi disponibilizada ao Museu sob a forma de um documento digital aberto, passível de utilização como instrumento de investigação e gestão de território.
- b) uma série de quatro plantas das estruturas arqueológicas atribuíveis a épocas históricas distintas – períodos augustano, claudio-neroniano, flaviano e constantiniano – demonstrando para cada uma delas a extensão dos nossos conhecimentos (e da nossa ignorância) sobre a conformação urbana de Conimbriga (Est. VIII a XI). Estas plantas foram disponibilizadas ao Museu sob a forma de documentos gráficos fechados, reproduzíveis e publicáveis enquanto resultado de um exercício académico, mas insusceptíveis de ulteriores alterações por outrem que não os seus autores.

Estas quatro plantas fazem parte da dissertação de doutoramento em arquitectura de um de nós (PA), que analisa as intervenções realizadas sobre os vestígios arqueológicos e perspectiva outras futuras e virão a integrar a dissertação do outro (VHC), que versa a arquitectura

doméstica de Conimbriga. Foi julgado útil a sua publicação numa revista da especialidade como forma de permitir à comunidade científica o conhecimento e a utilização destes dados sobre a evolução histórica de Conimbriga.

Problemática

Limites do exercício

O limite óbvio a um exercício de topografia histórica como o que aqui se pretende apresentar é, manifestamente a própria extensão do conhecimento sobre a cidade, sendo lícito perguntar se Conimbriga é local idóneo para a sua realização. A nossa posição prévia era concordar em que sim – era local idóneo – e cremos que o resultado final não nos desmente. Levantaram-se, todavia, algumas questões que constrangeram esse resultado, questões que devem ser expostas para permitir uma melhor compreensão do resultado apresentado.

Estas limitações prendem-se sobretudo com o facto de as origens pré-romanas de Conimbriga nunca terem sido completamente obliteradas pelas construções romanas, sendo sempre perfeitamente reconhecíveis os traços do cadastro da cidade indígena ao longo de todas as suas fases, apesar de sucessivas intervenções urbanísticas. Qualquer tentativa de reconstituição pode padecer portanto, ou de uma excessiva “hipodamização” que saneie a originalidade do fenómeno urbano conimbrigense ou, pelo contrário, de uma aleatoriedade que não faça justiça ao esforço feito por racionalizar o traçado urbano, em especial na época flaviana.

Com estes limites, parece ainda assim justificado que a reconstituição da estrutura urbana do centro da cidade, representando cerca de 17% da sua extensão total, merece a inclusão de Conimbriga, na sua originalidade, no conjunto de cidades cujo urbanismo é representativo da diversidade de situações que a *romanitas* acolheu.

Crítérios de datação

A seriação cronológica escolhida para as plantas é convencional: corresponde ao estado que teriam sucessivos planos de massa das estru-

turas desenhados nos anos 10, 60, 120 e 310 da nossa era, limitados obviamente ao que hoje se conhece em extensão desses planos. Cada plano recolhe as estruturas sobreviventes e as construídas desde a data do plano anterior. Uma opção seria a de estabelecer uma grelha cronológica rígida (20, 50 ou 100 anos) e representar nela os edifícios segundo a sua cronologia. Todavia, não vimos a utilidade em separar a representação do fórum flaviano da das termas trajânicas ou das casas dos Repuxos e de Cantaber, e quanto a muitos outros edifícios a precisão da datação é insuficiente.

As datações dos edifícios consideradas são as melhores, ou as mais precisas que pudemos recensear. Seguimos as indicações de Alarcão e Etienne 1977, Correia e Reis 2000 e Correia 2004, existindo, todavia, um fundo impreciso de conhecimento adquirido no Museu de Conimbriga que, por vezes é difícil de suportar com exactidão.

A questão mais delicada que se levantou foi a do estabelecimento da relação entre a cronologia do edifício e a cronologia da *insula* em que o edifício se construiu (utilizamos *insula* no sentido de “quartelão”). Nalguns casos é evidente que o edifício que conhecemos e está datado estratigraficamente se implantou numa *insula* cujos limites e porventura o próprio cadastro estavam estabelecidos já em data anterior, ainda que esta fase anterior não tenha expressão arqueológica significativa, não sendo por isso datável estratigraficamente. É o caso das *insulae* identificadas no centro da cidade no período claudiano: o traçado augustano do aqueduto demonstra que a rua das termas existia já nessa época (Est. VII, 1). Nestes casos reportamos à data em que podemos inferir que a *insula* já existia, com o limite externo do edifício posterior, a tracejado.

Outra questão tem a ver com as alterações internas da morfologia das construções. Parte delas teve de ser ignorada a favor de um tratamento mais expedito de toda a informação. Para além disso, muitas dessas alterações não são datáveis com exactidão, e não nos pareceu cientificamente correcto atribuí-las todas à fase constantiniana, como uma genérica consideração delas como “remodelação tardia” poderia sugerir. Tentámos adoptar um critério consistente de representar apenas as alterações significativas da extensão e conformação dos edifícios, como a demolição de parte significativa da *insula* a norte das termas ou a remodelação da casa dos repuxos para o seu aspecto final de grande residência.

Restituição da extensão de edifícios incompletamente escavados

A reconstituição da malha urbana de Conimbriga não pode ser feita com resultados apreciáveis e visualmente consistentes, sem reconstituir alguns dos edifícios cujos limites não se conhecem com exactidão por não terem sido escavados na sua completa extensão, como acontece com todos aqueles nos extremos das áreas escavadas.

Obviamente os problemas desta reconstituição dependem em muito da proporção da extensão escavada relativamente à área total e, como é lógico, em relação a muitos desses edifícios tivemos de nos limitar a indicar a fachada conhecida e, dentro de limites muito contidos, a extensão dos eixos viários continentais. Não pudemos portanto, por exemplo, reconstituir o entorno urbano do anfiteatro reconstituindo a extensão dos edifícios a norte do fórum, facto que nos deixa descontentes com o resultado final da planta (mas satisfeitos com o critério adoptado). Sabemos que o entorno dos grandes edifícios de espectáculos eram zonas urbanas de tratamento especial, podendo o indispensável espaço livre que os rodeava ser tratado de forma muito diversa; mesmo na Península há alguns indícios do cuidado colocado no tratamento destes espaços de circulação que, no caso de Conimbriga, devido às condições topográficas tão exigentes, não podem ter deixado de recorrer a escadarias. Infelizmente a arqueologia destas zonas é, em todo o Mundo romano, parca em documentação; será caso de se aguardar o continuar das escavações.

Esta questão fez-se também sentir agudamente na reconstituição dos edifícios na área não escavada entre as escavações da DGEMN e as escavações luso-francesas. Conhecemos as fachadas dos edifícios numa e noutra área, é evidente que não são um só edifício, devido ao tamanho que este teria e porque a própria arquitectura e técnica de construção mostram que assim não é, razões pelas quais deduzimos a existência de uma rua (Est. VII, 3) de orientação paralela às ruas da Patera Emanuel (Est. VII, 2) e a oeste da casa de Cantaber (Est. VII, 4), situada entre elas. O prolongamento deste eixo veio a ditar a reconstituição de uma praça localizada a leste do fórum nos períodos augustano e claudiano, que teria sido ocupada no período flaviano, quando se constrói a rua a leste do fórum, deslocando-se para aqui parte da circulação (Est. VII, 5). Outros pontos importantes a reter para a análise deste espaço são o facto do troço subterrâneo do aqueduto ter sido aí desviado, em curva, negociando um eventual espaço público pré-existente, e de a basílica clau-

diana ter uma entrada por Este e não ser possível a sua coexistência com o edifício do lado leste da rua a leste do fórum, no período flaviano.

A lógica (e a necessidade de dar um limite ao edifício) obrigou a prolongar o referido eixo de circulação desde a rua a oeste da casa de Cantaber até uma linha mediana entre o edifício porticado a leste do fórum (Est. VII, 6) e a zona E, no ângulo nordeste da muralha tardia (Est. VII, 7).

Estas restituições parecem-nos seguras e por isso as apresentamos, existe todavia, um risco subjacente de tautologia, que importa ter em mente, sem que isso deva impedir análise ulterior da problemática urbanística que a restituição demonstra, sendo a melhor hipótese possível dentro dos condicionalismos que acabaram de se explicar.

Outra situação do género, em que todavia se considerou mais prudente não representar a reconstituição possível, colocou-se quanto às estruturas do edifício localizado por sondagens no sector K7 localizado no centro do planalto (Est. VII, 12). Estas sondagens de 1957, da responsabilidade da DGEMN, nunca publicadas e apenas referidas de passagem num relatório de J. M. Bairrão Oleiro esquecido nos arquivos (Oliveira 2007) foram objecto de trabalhos arqueológicos de limpeza e registo em 2001. As estruturas correspondem a duas ou três divisões situadas no miolo de um edifício cuja orientação é idêntica à do fórum (sensivelmente norte-sul); não se documentou, no entanto, nenhum dos seus limites. Um exercício sumário de prolongamento dos eixos viários perpendiculares à rua a oeste do fórum e de divisão de *insulae* de dimensões sensivelmente idênticas à daquela conservada no terreno da faculdade de letras (Est. VII, 13) permitiria integrar essas estruturas numa espécie de *centuriatio* que cobriria regularmente a maior parte do planalto não escavado de Conimbriga. Esse exercício foi, todavia, rejeitado por se considerar que o resultado, ainda que se possa vir um dia a comprovar ser correcto, era neste momento demasiado conjectural. Ficará à investigação futura, talvez recorrendo a detecção remota, o desenvolvimento desta e doutras hipóteses.

Principais aspectos dignos de registo

O povoado pré-romano

Um dos limites do nosso exercício, nas condições acima descritas, foi a restituição do povoado pré-romano, de que os dados planimétricos

conhecidos são insuficientes para permitir uma restituição urbanística. Com efeito, a própria morfologia da habitação pré-romana em Conimbriga é sujeita a discussão. Tão pouco podemos reconstituir com segurança a altimetria do esporão conimbrigense nessa época com alguma segurança, a cota quase uniforme que hoje existe é, sobretudo, produto das muralhas, a alto-imperial e a baixo-imperial, e não estão ainda disponíveis dados sobre a construção delas que nos permitam entender como negociaram os declives que se lhes apresentaram, e por aí compreender uma realidade topográfica que foi certamente mais animada que o que hoje nos é dado ver.

O que podemos entender é que o limite do povoado indígena, antes da época augustana se estabelecia sensivelmente na área onde hoje identificamos a rua a oeste da casa de Cantaber (Est. VII, 4), imediatamente a oeste da *insula* do aqueduto (Est. VII, 8) e, daí para norte, coincidindo com a linha da muralha tetárquica, como as condições naturais ditariam que fosse. A localização do *castellum divisorium* do aqueduto (Est. VII, 9) corrobora esta restituição: o aqueduto termina o seu curso aéreo no limite do espaço urbanizado à época da sua construção.

Tendo esta linha como limite do povoado, as vias principais de acesso à cidade, na direcção de *Aeminium* e na direcção de *Sellium*, formam como que uma “pâte d’oie” de vias exteriores a uma presumível muralha, certamente centradas numa porta principal do povoado. É óbvio que o aumento da área cidadina marcada pela construção da muralha augustana conservou, respeitando, e contribuiu para fossilizar, esta estrutura viária.

No interior dessa porta pré-romana existiu possivelmente um espaço aberto, recebendo várias vias que garantiam a circulação dentro do povoado, que justifica a manutenção no período augustano do espaço não construído a que nos referimos acima a propósito da reconstituição dos edifícios e dos eixos viários na zona central não escavada entre as escavações da DGEMN e as luso-francesas.

A implantação do fórum

Segundo esta hipótese de reconstituição dos limites do povoado pré-romano marcados por uma muralha de que uma porta central era enquadrada por praças informais, uma exterior e outra interior, a implantação do fórum augustano tem de ser descrita, do ponto de vista

urbanístico, de uma forma diversa da que tem sido utilizada até aqui: o fórum augustano é implantado na zona mais visível da malha urbanizada na época da sua construção, impondo-se visualmente aos transeuntes do *oppidum*, precedido por uma enfiada de espaços abertos de formas irregulares que conservam a memória das zonas de acesso à porta pré-romana. Ainda neste sentido, a construção da basílica cláudio-neroniana vem inscrever-se neste quadro urbano, provendo o fórum com uma fachada monumental virada para este eixo de acesso, que substitui o muro cego original do lado Leste do fórum e lhe dá outro acesso (Alarcão *et al.* 1997 e, mais recentemente Correia 2004b, com a bibliografia anterior).

A transformação deste eixo central de acesso à zona da cidade cuja origem pré-romana esteve sempre bem marcada na morfologia do seu cadastro, na “rua das termas” e a transformação do fórum de monumento central e plataforma de circulação em *temenos* sagrado dedicado ao culto imperial é, como já foi muitas vezes demonstrado, o principal eixo da renovação urbanística que a cidade atravessa na época flaviana (Alarcão e Etienne 1986, Pfanner 1989).

O projecto do vicus novus

Os edifícios que, a partir da época augustana se implantam na área adicionada ao povoado pré-romano, enquadrando as principais vias de acesso, área designada como “*vicus novus*”, por oposição à zona mais antiga da cidade, reduzida a um “*vicus vetus*” (Correia 2004b), pode agora entender-se nas suas dimensões de crescimento da área construída e de verdadeira organização topográfica do espaço recém-urbanizado, como a utilização dos criptopórticos demonstra.

Todavia, faltam ainda escavações arqueológicas para entender completamente esta situação, designadamente na zona norte da casa dos Repuxos e nesse monumento tão interessante que é o viaduto da via de *Aeminium*.

A muralha tetrárquica e o urbanismo post-constantiniano

O impacto que a construção da muralha baixo-imperial teve na cidade é uma questão que tem levantado polémica (por último Correia

2004a). As posições dos investigadores a este propósito dividem-se entre os que classificam a muralha como um monumento meramente honorífico, com reduzido impacto na estrutura urbana da cidade (defendendo, por exemplo que a casa dos Repuxos lhe sobreviveu, tendo ainda recebido mosaicos ao longo do séc. IV, já depois de construída a muralha), e os que defendem que a muralha, para além de implicar a demolição completa dos quarteirões que lhe ficavam imediatamente no exterior, representou uma enorme redução da área defendida e habitada, constituindo portanto uma profunda alteração na estrutura urbana de Conimbriga. A nossa posição fica mais próxima desta segunda análise que valoriza o fenómeno de redução da área da cidade, mas considerou-se prudente manter, ainda que algo diluída, a presença das estruturas exteriores à muralha na representação do urbanismo constantiniano. Isto permite demonstrar, por exemplo, que a abertura na muralha designada por “Portas do Sol”, na actual zona E (Est. VII, 7) por onde no séc. XIX se fazia o acesso à “Almedina”, e que foi em algumas ocasiões considerada uma tardia abertura, apócrifa ao projecto original, foi muito provavelmente um postigo do projecto original, destinado a manter a circulação na via que dava acesso à zona do fórum desde o edifício porticado a leste dele (Est. VII, 6), zona da cidade que, sem esse postigo, ficaria muitíssimo mais arredada do acesso ao exterior.

Outro aspecto que a evolução futura da investigação virá a iluminar será a da degradação das estruturas urbanas até à sua transformação numa zona meramente rural. Alguns dados estão já a ser paulatinamente publicados, designadamente no que diz respeito à cronologia deste fenómeno.

Conclusão

Um conjunto variado de trabalhos, dispersos num arco cronológico que cobre a última década, e a colaboração entre vários interesses que incidem sobre Conimbriga, permitiu a realização de um ensaio de reconstituição da evolução histórica do urbanismo da cidade lusitana, que se apresenta dividida pelas suas quatro principais fases: augustana, júlio-claudiana, flaviana e constantiniana.

O conhecimento arqueológico de Conimbriga está, felizmente, em permanente evolução: neste mesmo momento decorrem projectos de investigação sobre a basílica paleo-cristã e sobre a muralha baixo-impe-

rial, que trarão novos dados à morfologia da cidade nessa época; decorre também um projecto de investigação sobre as termas da cidade que, tratando da questão do abastecimento e gestão hidráulicas, virão sobrepor à tela de fundo da planimetria da cidade uma tela de pormenor quanto às infraestruturas que a faziam funcionar; quando se terminar o estudo da arquitectura doméstica algumas das realidades sociais poderão ser entendidas como sistemas de actividades decorrentes no sistema de cenários que os edifícios constituem.

Isto coloca o presente ensaio na sua justa medida, relativizando-o. Mas essa relativização será feita, esperamos, fazendo sobretudo justiça à sua qualidade de instrumento de trabalho para outros projectos e outros desenvolvimentos da investigação, alguns deles porventura hoje ainda insuspeitados, e a mais não se aspira.

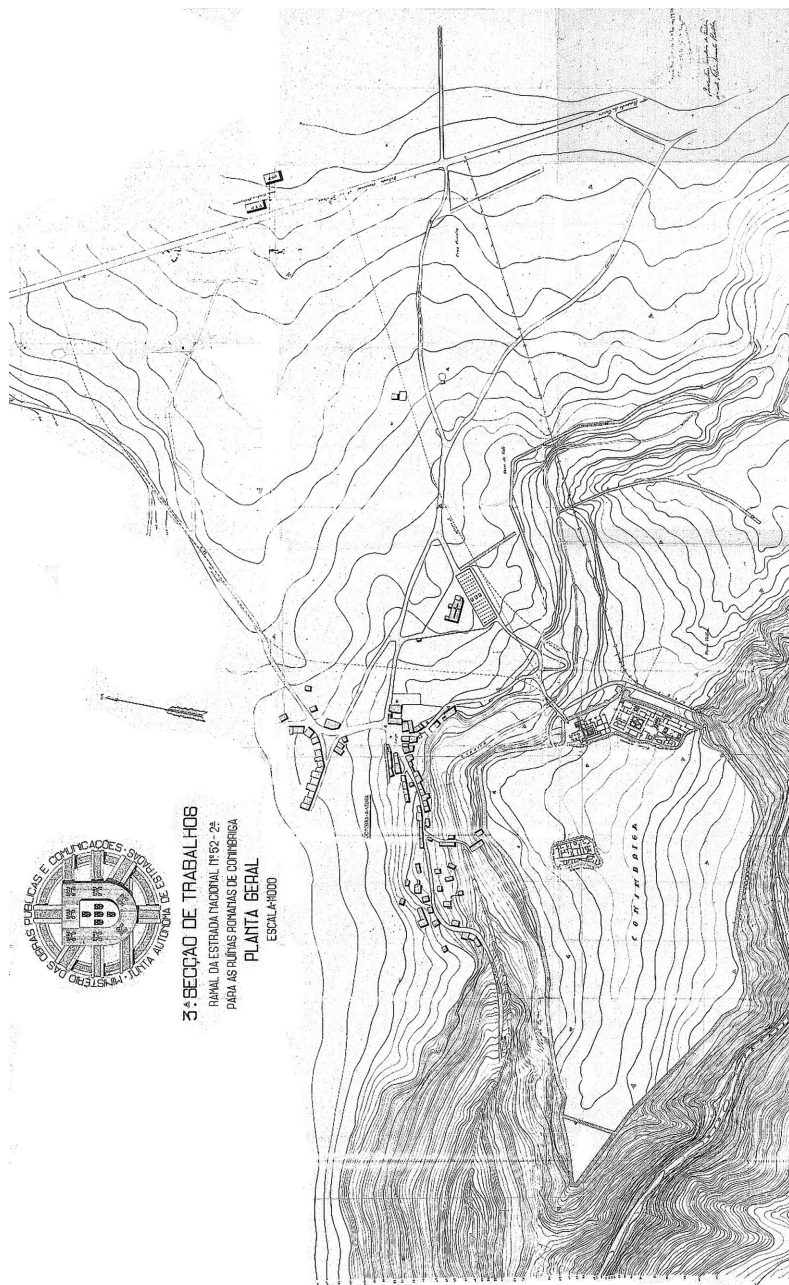
BIBLIOGRAFIA

- Alarcão, A. M., Etienne, R. e Golvin, J.-C., 1997: “Le fórum de Conimbriga: réponse à quelques contestations”. In Etienne, R. e Mayet, F. (ed.) *Itinéraires Lusitaniens. Trente années de collaboration archéologique luso-française* (Paris, De Boccard), 49-70.
- Alarcão, J., 1992: “A cidade romana em Portugal”. In *Cidades e História* (Lisboa, F. C. Gulbenkian), 35-128.
- Alarcão, J. e Etienne, R. 1977: *Fouilles de Conimbriga I, L'architecture* (Paris, M.A.F.P./M.M.C.).
- Alarcão, P., 2006: “Conservação e Valorização em Conimbriga. Projectos e obras”. *Monumentos*, n.º 25, 208-213.
- Alarcão, J. e Etienne, R. 1986: “Archéologie et idéologie impériale à Conimbriga”. *Comptes Rendus de l'Académie des Inscriptions et Belles-Lettres – 1986* (Paris, De Boccard), 120-132.
- Correia, V. H., 2004a: “O futuro dos estudos arqueológicos em Conimbriga”. In Correia, V. H. *Perspectivas sobre Conimbriga* (Lisboa, Ed. Âncora/Liga de Amigos de Conimbriga), 49-79.
- Correia, V. H., 2004b) “Coexistência e revolução. Urbanismo e arquitectura em Conimbriga (séc. I a.C.-III d.C.)”. In Lopes, M. C. e Vilaça, R. (coord.) *O passado em cena: narrativas e fragmentos. Miscelânea oferecida a Jorge de Alarcão* (Coimbra, C.E.A.U.C.P.), 261-298.
- Correia, V. H. e Reis, M. P., 2000: “As termas de Conimbriga: tipologias arquitectónicas e integração urbana”. In Ochoa, C. F. e Entero, V. G. (ed.) *Termas romanas en el Occidente del Imperio* (Gijón, VTP edit.), 271-280.
- DGEMN [Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais], 1948: *Ruínas de Conimbriga* (Lisboa, MOP, *Boletim Monumentos*, n.º 52-53).

- DGEMN [Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais], 1964: *Ruínas de Conimbriga-Consolidação de Mosaicos* (Lisboa, MOP, *Boletim Monumentos*, n.º 116).
- Etienne, R., 1960: *Le quartier nord-est de Volubilis* (Paris, De Boccard).
- Golvin, J.-C., 1994: "Conimbriga tel que personne ne l'a jamais vue". *Le Portugal de la préhistoire à l'époque romaine* (Dijon, *Les Dossiers de l'Archeologie* n.º 198), p. 42-47.
- Knorr, M., 1991: Geodetic Reference System for the Archaeological Museum in Conimbriga (Coimbra, FCTUC, Diss. FHFFM)
- Oliveira, M., 2007: Sistema Geográfico de Localização das Intervenções nas Ruínas de Conimbriga (Tomar, IPT, Rel. Estágio).
- Pessoa, M., 1991: *A muralha augustana de Conimbriga* (Conimbriga, Ed. Autor).
- Pfanner, M., 1989: "Zum entwicklung der stadtstruktur von Conimbriga". *Madriider Mitteilungen* 30, 184-203.



Planta de Conimbriga, de 1899, aut. E. Belo Ferraz (Colecção do Museu Monográfico de Conimbriga)



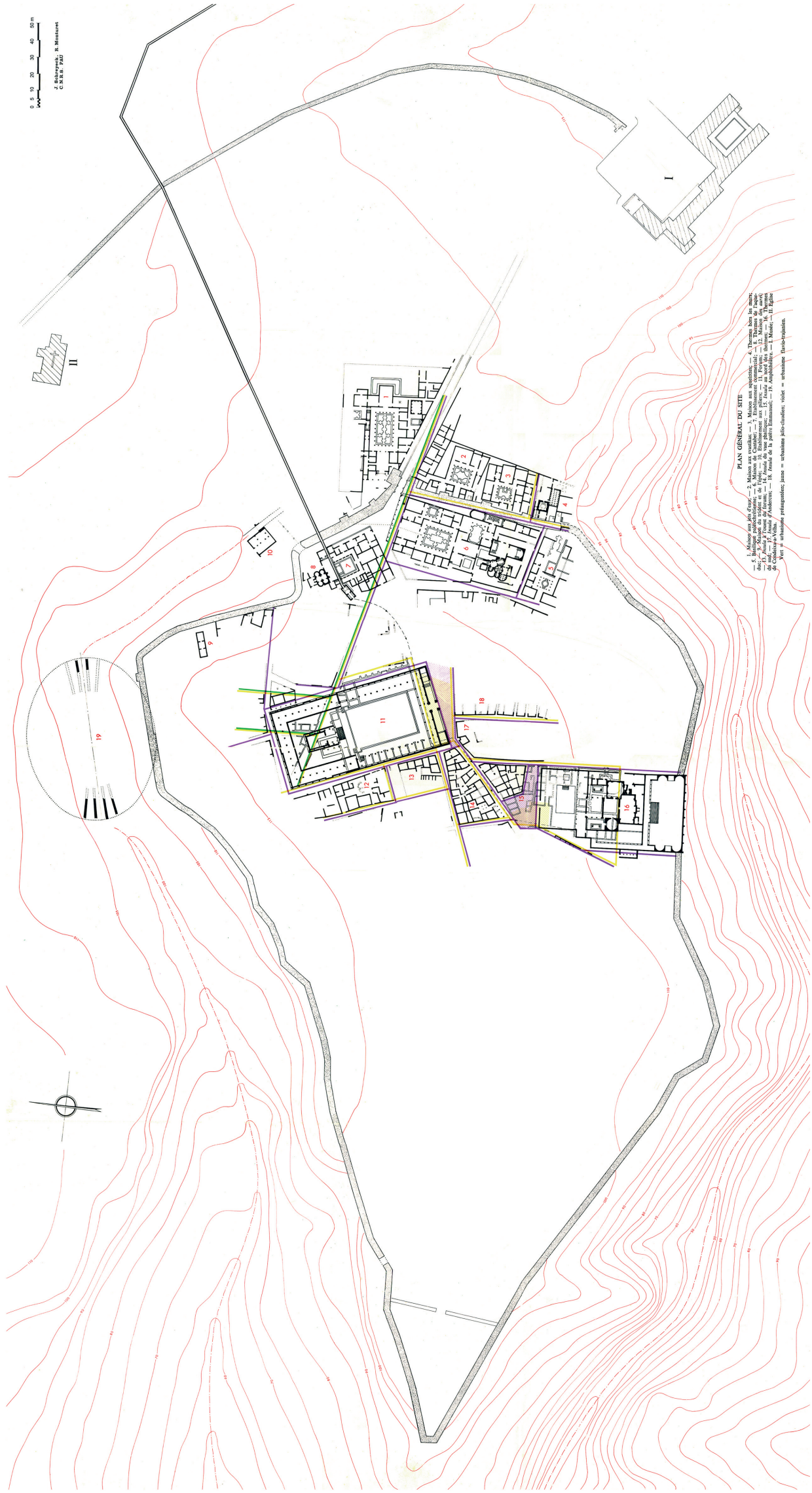
Planta de Conimbriga, do Ministério das Obras Públicas (heliogravura dos arquivos do Museu Monográfico de Conimbriga)



Planta das Ruínas de Conimbriga, da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (heliogravura montada em cartão, dos arquivos do Museu Monográfico de Conimbriga)



Planta de massa do urbanismo alto-imperial de Conimbriga (Correia 2004a).



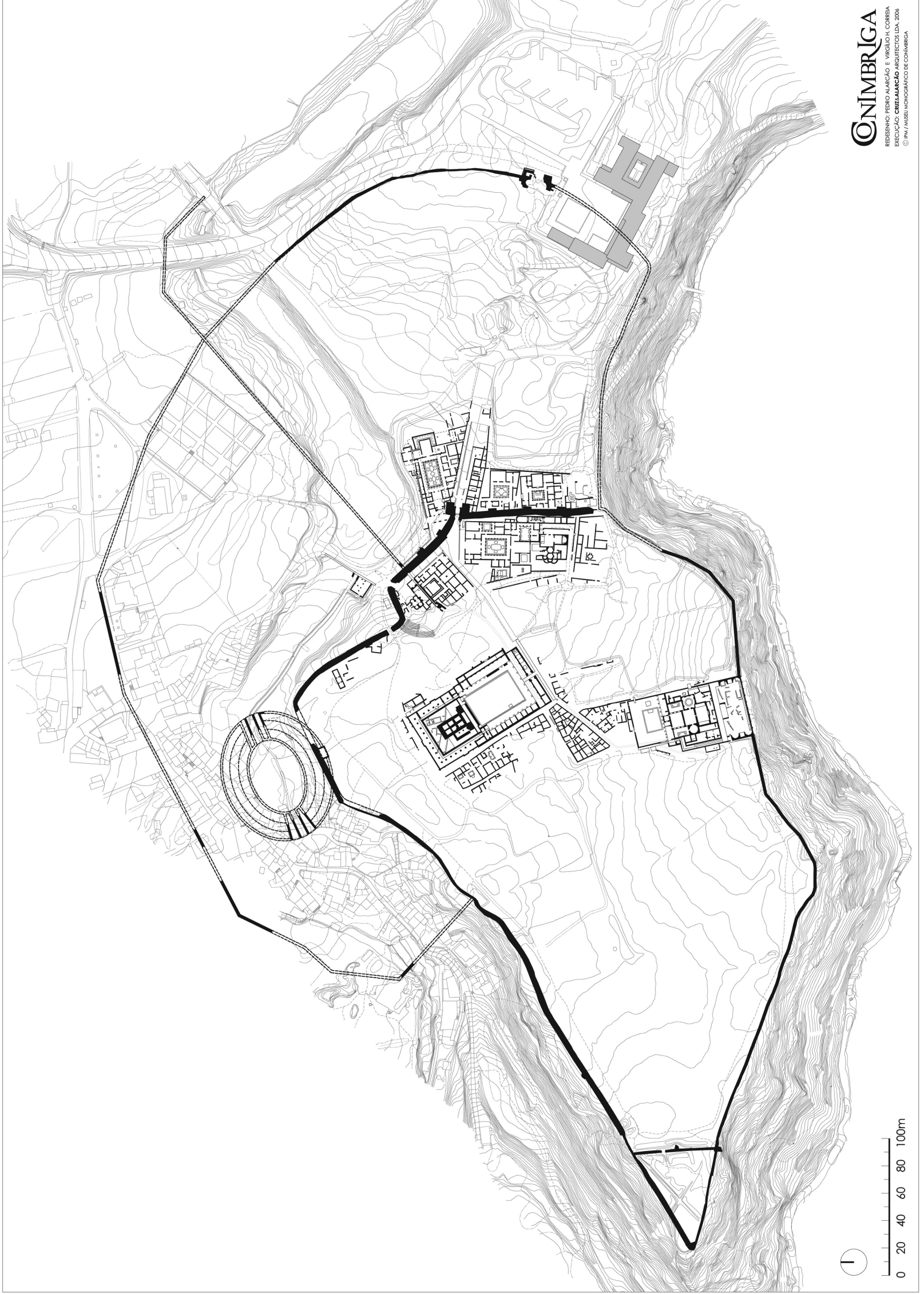
PLAN GÉNÉRAL DU SITE

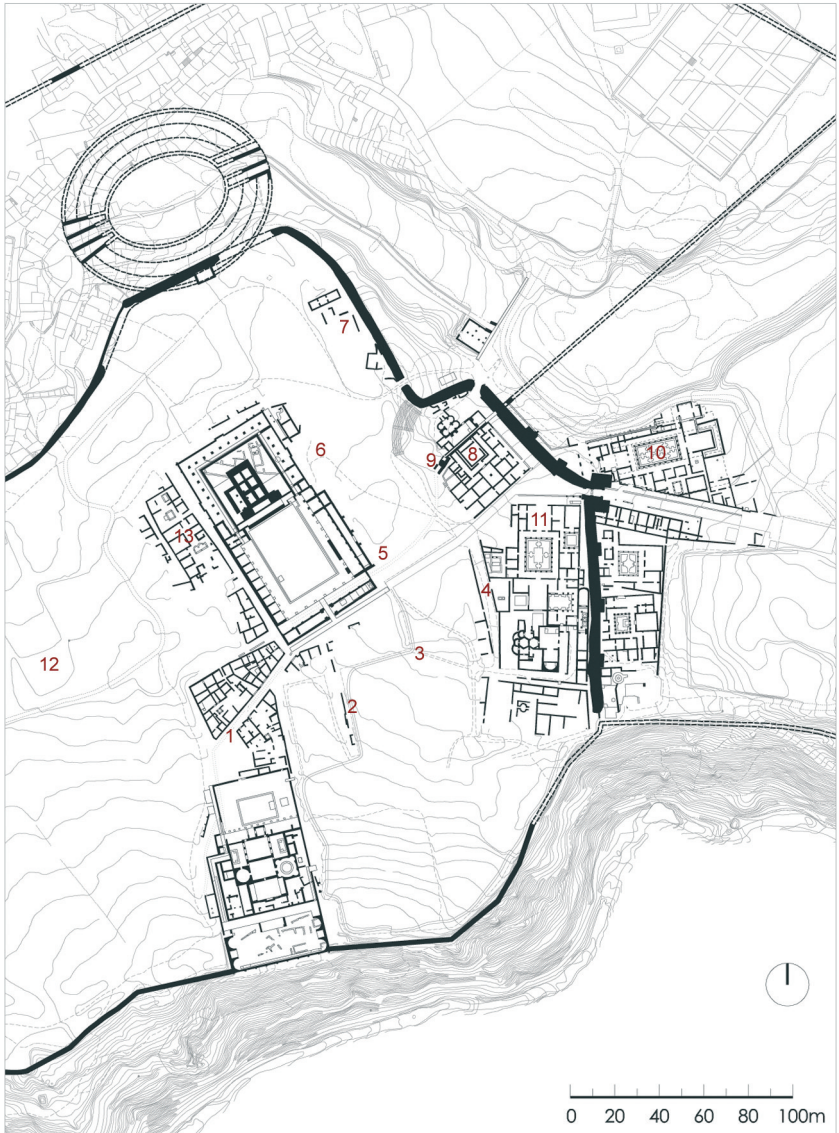
1. Maison aux six étages. — 2. Maison aux escaliers. — 3. Maison aux escaliers. — 4. Terrasse hors les murs.
5. Mur de clôture du site. — 6. Mur de clôture du site. — 7. Mur de clôture du site. — 8. Mur de clôture du site.
9. Mur de clôture du site. — 10. Mur de clôture du site. — 11. Mur de clôture du site. — 12. Mur de clôture du site.
13. Mur de clôture du site. — 14. Mur de clôture du site. — 15. Mur de clôture du site. — 16. Mur de clôture du site.
17. Mur de clôture du site. — 18. Mur de clôture du site. — 19. Mur de clôture du site.

1. Maison aux six étages; 2. Maison aux escaliers; 3. Maison aux escaliers; 4. Terrasse hors les murs; 5. Mur de clôture du site; 6. Mur de clôture du site; 7. Mur de clôture du site; 8. Mur de clôture du site; 9. Mur de clôture du site; 10. Mur de clôture du site; 11. Mur de clôture du site; 12. Mur de clôture du site; 13. Mur de clôture du site; 14. Mur de clôture du site; 15. Mur de clôture du site; 16. Mur de clôture du site; 17. Mur de clôture du site; 18. Mur de clôture du site; 19. Mur de clôture du site.

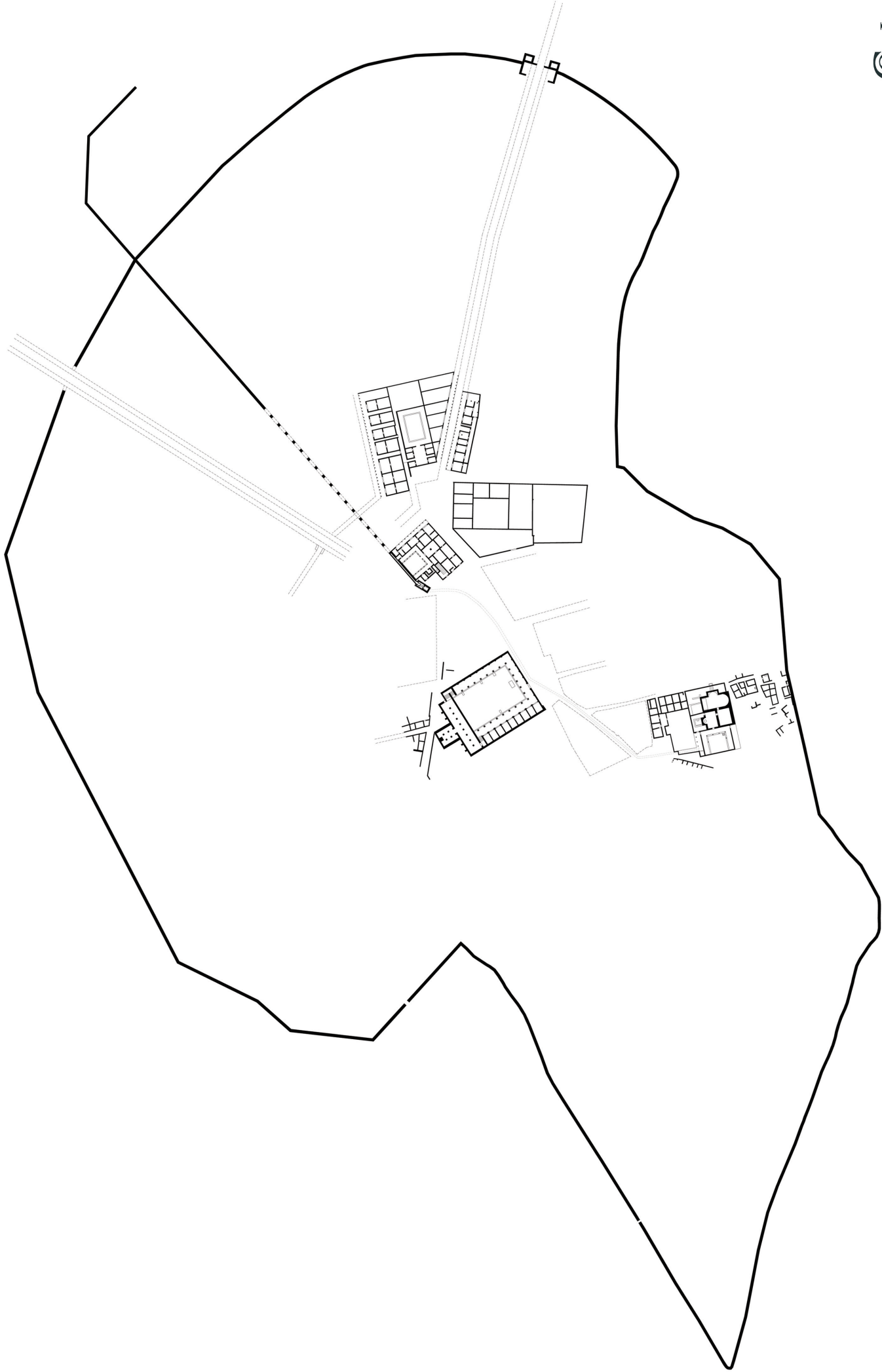
1. Maison aux six étages; 2. Maison aux escaliers; 3. Maison aux escaliers; 4. Terrasse hors les murs; 5. Mur de clôture du site; 6. Mur de clôture du site; 7. Mur de clôture du site; 8. Mur de clôture du site; 9. Mur de clôture du site; 10. Mur de clôture du site; 11. Mur de clôture du site; 12. Mur de clôture du site; 13. Mur de clôture du site; 14. Mur de clôture du site; 15. Mur de clôture du site; 16. Mur de clôture du site; 17. Mur de clôture du site; 18. Mur de clôture du site; 19. Mur de clôture du site.

Planta geral de Comimbriga. Alarcão e Etienne 1977, Estampa LII.

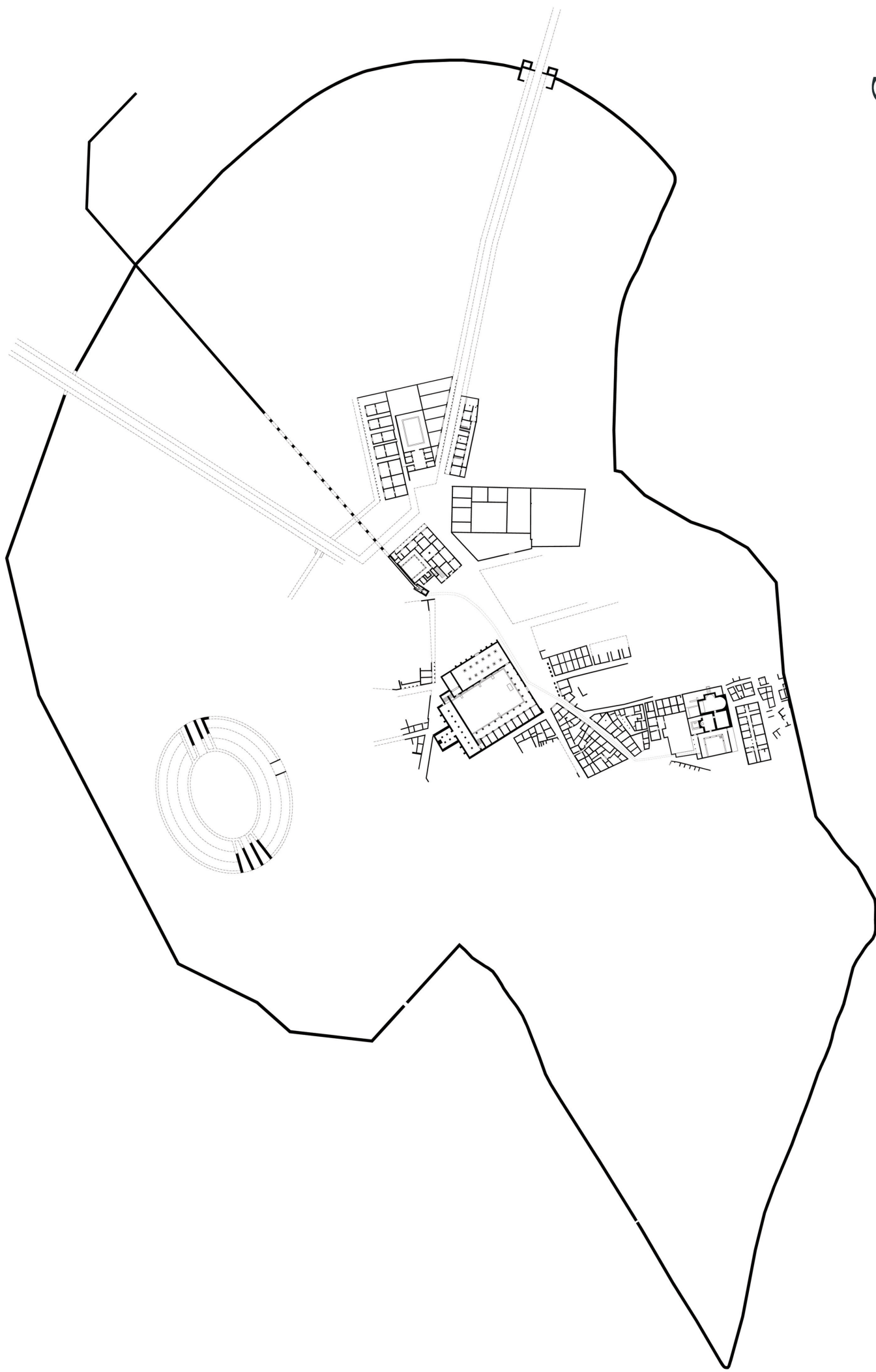




Extracto da planta geral de Conimbriga. Locais mencionados no texto: 1 Rua das termas; 2 Rua da patera emmanuel; 3 Rua de traçado conjectural; 4 Rua a oeste da casa de Cantaber, 5 Praça de traçado conjectural; 6 edifício porticado a leste do fórum; 7 Zona E (casa do Tridente e da Espada e “Portas do Sol”); 8 Insula do aqueduto; 9 Castellum divisorium; 10 Casa dos repuxos; 11 Casa atribuída a Cantaber; 12 Sector K7; 13 Terreno da Faculdade de Letras.



URBANISMO AUGUSTANO

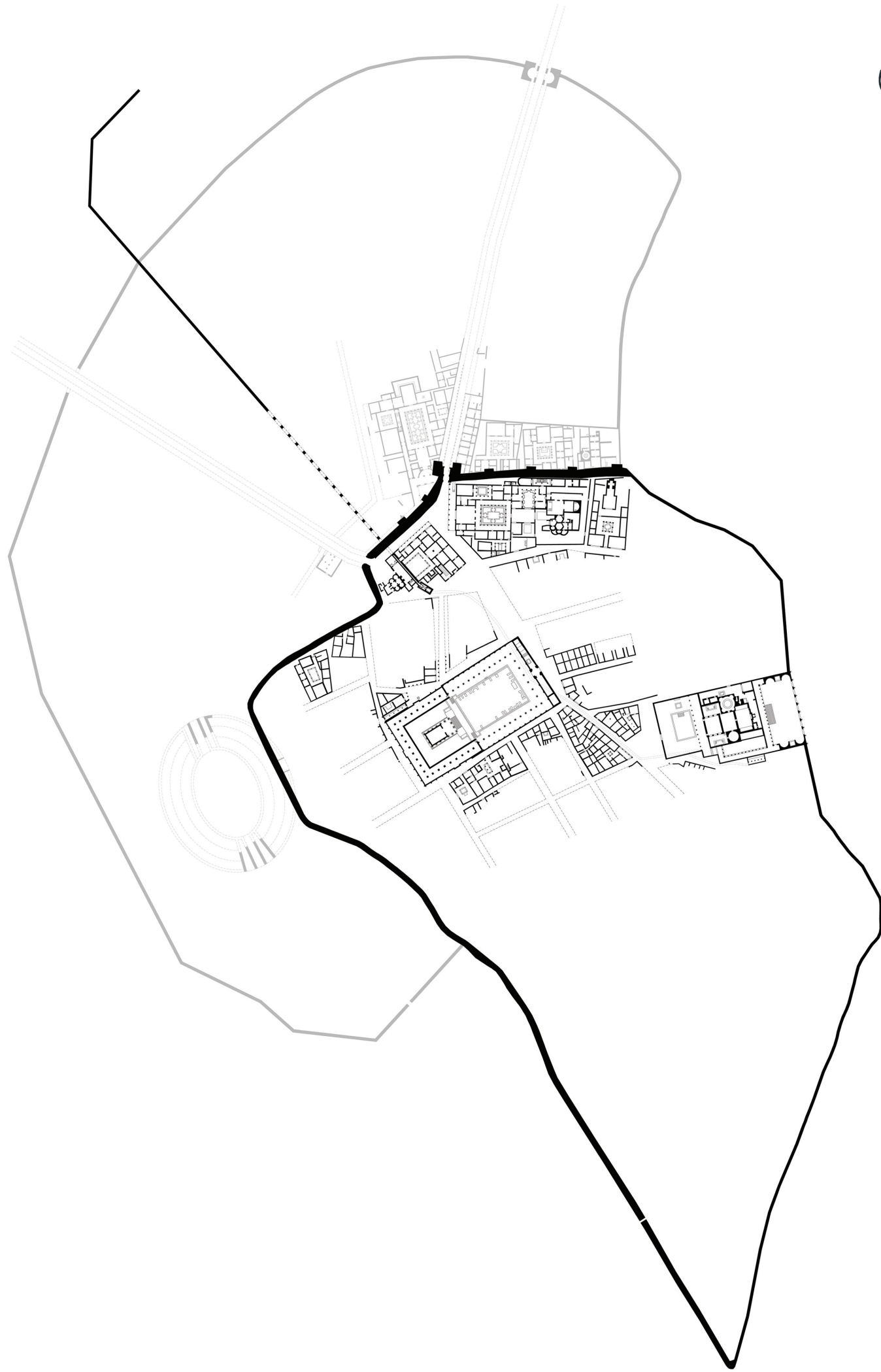


URBANISMO CLAUDIO-NERONIANO





URBANISMO FLAVIANO



URBANISMO CONSTANTINIANO



CONIMBRIGA

RESENHO: PEDRO ALVARO E VIRGILIO CORREIA
EXECUÇÃO: CRUZALANÇO ARQUITECTOS LDA, 2006
© IPM / MUSEU MONUMENTAL DE CONIMBRIGA